

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2005.

(Do Senhor Deputado Geraldo Resende)

Solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades a respeito dos recursos oriundos desta pasta, ou de qualquer setor do Governo Federal, destinados à construção de habitações populares em aldeias indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações ao Senhor Ministro das Cidades seguintes:

1. Existência de convênio habitacional pactuado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e/ou a Prefeitura Municipal de Dourados, destinado a construção de moradias populares em aldeias indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul;

2. Relatório pormenorizado acerca da aplicação de recursos federais em habitações populares nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, contendo: A) o valor destinado pelo governo federal a essas obras; B) quem são os gestores desses recursos; C) a quantidade de casas a serem construídas; D) dados sobre o processo licitatório; E) as empresas contratadas para a realização dos trabalhos; e F) a discriminação pormenorizada dos materiais utilizados nas construções.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Externa desta Casa, destinada a averiguar *in loco* a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, dentre diversos problemas identificou a urgente necessidade de prover as comunidades indígenas com habitação digna, pois, centenas de famílias vivem em condições precárias, em casas que se desmancham à chuva e ao vento, e outras centenas de famílias sequer disso dispõem, vivendo em barracos de palha e lona.

Essa realidade parece estar muito distante das autoridades públicas: segundo o Coordenador da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA em Mato Grosso do Sul, Gaspar Hickman, existe uma parceria com a agência de habitação do Governo do Estado para a construção de trezentas casas em área indígena.

De sua parte o Prefeito Municipal de Dourados cita um certo programa de habitação e saneamento indígena que tem por meta, segundo ele a construção de mil casas, das quais 600 estão garantidas em parceria entre o Governo do Estado, o Governo Federal e a Prefeitura Municipal, que está entrando com R\$400 mil. Destas, 200 estariam iniciadas.

Já o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, José Giacomo Baccarin vai mais longe: assevera que mil casas estão garantidas com recursos do Ministério das Cidades. E mais, em audiência pública no Senado Federal disse que viu

pessoalmente as casas sendo construídas na aldeia guarani-caiuá, para 2.300 famílias.

Impressiona o desencontro de informações: para um são 300 casas, para outro são 600 e para o último já são 1.000 mil casas que este, num surto de miragem até viu sendo construídas. A retórica expõe inverdades.

Quer nos parecer que existem dois mundos: um utópico e um real. No utópico tudo é perfeito, o Governo tem agido com presteza, e a habitação é uma questão praticamente resolvida. Já no mundo real, crianças indígenas morrem por desnutrição agravada pela falta de saneamento básico e abastecimento de água, supríveis com moradias que propiciem condições dignas de vida. E quando essas moradias existem, são tão frágeis, de tão baixa qualidade, que se tornam novo risco aos indígenas: o desabamento, uma realidade vivenciada no terror de uma noite de chuva.

Fato é que na atualidade somente 50 casas estão em construção nas Aldeias Jaguapirú e Bororó.

Fato é que, as construções são de péssima qualidade: 38 metros quadrados, com banheiro externo e custo médio de R\$ 6 mil para casas que se esfarelam.

Fato é que na semana passada fizemos Requerimento de Informações através desta Câmara Federal ao Ministério das Cidades acerca desse problema, quando já se prenunciava um mal maior.

Fato é que na noite passada, havendo simples chuva com ventos fracos, inqualificável como temporal, duas casas desabaram na reserva indígena de Dourados.

Fato é que a casa dos indígenas Ailton Fernandes e Cristina Benites foram ao chão, e as paredes que antes lhe serviam de abrigo, agora se precipitam sobre sua família, provocando ferimentos em duas crianças indígenas que foram levadas a hospitais de Dourados.

Cabe ao Governo Federal revelar as verdades.

É imprescindível sabermos o valor destinado pelo governo federal a essas obras; quem são os gestores desses recursos; a existência de convênio com a Prefeitura de Dourados e o Governo do Estado e todo o seu conteúdo; a quantidade de casas a serem construídas; a empresa contratada para a realização dos trabalhos e a discriminação pormenorizada dos materiais utilizados nas construções.

Este é o fulcro do presente requerimento.

Sala das Sessões em 20 de abril de 2005.

Deputado GERALDO RESENDE

PPS/MS